Envelhecimento e inserção do idoso no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre*

*Norma Herminia Kreling*** — *Socióloga, Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística*

Resumo

O processo de envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo intensamente nos últimos anos, em consequência da dinâmica demográfica, a qual afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA). De fato, observou-se o aumento da proporção de pessoas maduras, em especial aquelas com 60 anos e mais, enquanto reduziu-se a proporção de jovens com até 24 anos. Essa nova configuração representa grandes desafios às políticas públicas e sociais. O presente estudo tem como objetivo conhecer e avaliar a situação do contingente idoso na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no que diz respeito às condições de trabalho e de renda. A análise utiliza-se do recorte por sexo, tendo em vista não só a feminização da velhice, como também a existência de discriminação de gênero nesse contingente. São tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) no período 1993-2014.

Palavras chave: envelhecimento; transição demográfica; idoso no mercado de trabalho

Abstract

The aging of the population is occurring intensively in recent years as a result of demographic trends, which has profoundly affected the age composition of the Active Population, increasing the proportion of mature people, especially those aged 60 and more, while decreasing the proportion of young people up to 24 years of age. This new configuration has great challenges to public and social policies. This study aims to get to know and assess the situation of the elderly population in the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA) with regard to employment conditions and earnings. The analysis draws on the segmentation by sex, taking into account not only the feminization of old age, but also the existence of gender discrimination in this contingent. The article is based on the information collected by the Employment and Unemployment Survey in the RMPA (PED-RMPA), in the period 1993-2014.

***Keywords:* aging; demographic transition; elderly in the labor market**

* Artigo recebido em 16 out. 2015.
Este artigo tem como base o Informe PED Especial — Idosos da Região Metropolitana de Porto Alegre, divulgado em set./2015, cuja elaboração esteve sob a responsabilidade desta pesquisadora. A autora agradece aos colegas Miriam De Toni, Raul Luis Assumpção Bastos e Iracema Keila Castelo Branco pela leitura atenta e pelas valiosas críticas e sugestões à versão preliminar deste texto. Também agradece às estatísticas Patrícia Klaser Biasoli e Fernanda Rodrigues Vargas pelo trabalho realizado na organização dos dados e à bolsista Priscila Von Dietrich pela colaboração na criação e digitação das tabelas e dos gráficos.
Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

** *E-mail*: norma@fee.tche.br

Introdução

O processo de envelhecimento da população brasileira é um dos fenômenos mais significativos e instigantes da atualidade. Claramente visível a partir dos anos 90, em consequência das alterações na dinâmica demográfica, é um movimento em franca expansão, acompanhando o que já se observava em âmbito mundial. Nos países desenvolvidos, esse processo se deu de forma gradual ao longo de mais de um século. No Brasil, ao contrário, assim como nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento vem ocorrendo rapidamente em um ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos.

O envelhecimento da população observado nas últimas décadas trouxe uma nova conformação à pirâmide etária da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), revelando um expressivo aumento dos segmentos mais maduros, em especial daqueles com 60 anos e mais, enquanto o número de indivíduos com menos de 15 anos apresentou forte redução. Essa redistribuição da pirâmide etária, por sua vez, impactou na composição da População Economicamente Ativa (PEA).

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo conhecer e avaliar a situação do contingente idoso na Região Metropolitana de Porto Alegre no que diz respeito às condições de trabalho e renda e sua evolução entre 1993 e 2014. Nesse período, a força de trabalho madura e idosa apresentou crescimento relativo muito superior ao observado para o conjunto da PEA regional, enquanto os jovens com idade entre 10 e 24 anos reduziram sua proporção na força de trabalho.

A (re)inserção da população idosa[1] no mercado de trabalho geralmente se dá em condições mais desfavoráveis — menores possibilidades de emprego, vínculos empregatícios mais frágeis, postos de trabalho menos qualificados e, não raro, principalmente para as mulheres, remunerações inferiores. Assim, o processo de envelhecimento da população impõe novos desafios à sociedade no sentido de proporcionar condições dignas de vida a esse segmento.

A base empírica para o desenvolvimento deste trabalho foi buscada no levantamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)[2]. Os dados analisados referem-se, num primeiro momento, à média de cada ano no período de 1993 a 2014 e, num segundo, quando a análise compreende uma maior abertura, à média de dois períodos, aglutinando-se quatro anos da série em cada um deles: 1993-96 e 2011-14. Por ser a força de trabalho idosa um contingente relativamente pequeno, essa junção possibilita um tamanho de amostra suficiente para contemplar, com significância estatística, um maior número de informações. A análise utiliza-se, ainda, do recorte por sexo, tendo em vista não só a feminização da velhice como também a existência de discriminação nesse contingente, colocando em evidência a maior fragilidade das condições das mulheres idosas *vis-à-vis* às dos trabalhadores masculinos nessa faixa etária, muito embora a diferença entre eles tenha diminuído ao longo da série da Pesquisa.

Para compor esta análise, além desta **Introdução** e das **Considerações finais**, o texto encontra-se estruturado em quatro seções. A primeira apresenta algumas reflexões sobre a transição demográfica e suas implicações para o mercado de trabalho e para as políticas públicas; a segunda descreve o envelhecimento e a nova composição da força de trabalho; a terceira analisa a participação do idoso no mercado de trabalho; e, por último, apresenta-se a situação desse segmento quanto ao comportamento da remuneração recebida.

[1] É considerada idosa, neste estudo, a população com idade de 60 anos e mais. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (1982), na Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o envelhecimento da população, através da Resolução n.º 39/125, estabeleceu-se a idade de 60 anos como o início da terceira idade nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e de 65 anos nos desenvolvidos. Tal definição também é considerada pela Política Nacional do Idoso.

[2] A PED-RMPA vem sendo executada desde abril de 1992 mediante convênio celebrado entre a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), o Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Rio Grande do Sul, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de São Paulo, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através do levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA). A PED vem, atualmente, sendo realizada também nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Fortaleza, de Recife e de Salvador.

1 A transição demográfica, suas implicações para o mercado de trabalho e as políticas públicas: algumas reflexões.

O avanço da transição demográfica afeta de maneira geral a sociedade, a economia e as políticas sociais, que, através das mudanças da estrutura etária, podem sinalizar novas demandas por bens e serviços em geral. Assim, a dinâmica demográfica pode exercer pressões sobre diversas áreas, tais como a necessidade de vagas na escola, a demanda de postos de trabalho ou de leitos hospitalares, os gastos previdenciários, dentre outras coisas, e pode, no conjunto, contribuir para o desenvolvimento social e econômico de uma nação, caso as políticas públicas forem eficazes e adotadas em tempo hábil.

Para a compreensão da evolução da transição demográfica, identificam-se três fases distintas quanto às mudanças da distribuição etária. Na primeira, quando o nível de mortalidade inicia um processo sensível de queda, com a fecundidade mantendo-se em alta, o crescimento da população é elevado e a estrutura etária, predominantemente jovem. Nela, é alta a razão de dependência[3], devido, sobretudo, ao grande contingente de crianças e jovens — consequência da diminuição da mortalidade infantil. Na segunda fase, inicia-se um processo de declínio constante da fecundidade, com incrementos populacionais a ritmos decrescentes. Nessa fase, há uma redução da população mais jovem e um aumento expressivo da População em Idade Ativa (PIA)[4] como reflexo dos níveis de fecundidade do passado. Nessa, o envelhecimento da população já se faz bastante visível, e é nela que se vivencia a oportunidade do bônus demográfico[5], o qual traduz a menor razão de dependência. Na terceira e última fase, tanto os níveis de fecundidade quanto os de mortalidade encontram-se baixos, o que torna o crescimento populacional nulo, ou até negativo, diminuindo a parcela da População em Idade Ativa face ao envelhecimento significativo da população. Nessa fase, a taxa de dependência volta a ser alta, principalmente pelo envelhecimento da população, e, em consequência, há um encolhimento da População Economicamente Ativa. Em cada uma dessas fases, visualizam-se diferentes impactos, que requerem a definição de políticas públicas adequadas (Brito, 2008).

Quanto à transição demográfica, tem-se que, enquanto os países desenvolvidos se encontram na última fase, a maior parte dos países da América Latina está na segunda. Todavia, o declínio da fecundidade nos últimos vem ocorrendo de forma muito mais rápida do que o registrado com os desenvolvidos. Comparando-se o tempo decorrido para o declínio da fecundidade, sabe-se que países como a Suécia e a Inglaterra, por exemplo, levaram cerca de seis décadas (aproximadamente de 1870 a 1930) para diminuir em torno de 50% os seus níveis de fecundidade, enquanto o Brasil, por sua vez, experimentou um declínio similar em apenas um quarto de século (Wong; Carvalho, 2006).

No Brasil, esse rápido declínio da fecundidade implicou uma desaceleração do ritmo de crescimento de sua população, provocando importantes mudanças na distribuição etária. Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013), na Projeção da População Nacional de 2013, indicam que o Brasil já atingiu uma taxa de fecundidade de 1,8, o que equivale a níveis abaixo da reposição, ou seja, significa que em poucos anos o crescimento da população brasileira será nulo e, num futuro próximo, negativo. A esperança de vida para o brasileiro, em 2013, segundo a mesma fonte, já correspondia a 78,6 anos para a mulher e a 71,3 para o homem.

Assim, as mudanças na composição da estrutura etária da PIA dão-se através do aumento do tamanho absoluto da população adulta e madura e da diminuição do segmento mais jovem. A queda da proporção de jovens dá-se em ritmo mais acelerado do que o aumento da de idosos, uma vez que a substituição de jovens por idosos vem sendo redistribuída na PIA pelo crescimento da população adulta, como consequência das altas taxas de fecundidade do passado. Nesse processo, há um aumento substancial da proporção da PIA[6], e a razão de dependência torna-se baixa. Esse aumento, do ponto de vista demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia. Essa condição favorável, denominada de “bônus demográfico”, poderá ser aproveitada mediante a

[3] A razão de dependência é definida como o quociente entre a população dependente (crianças e idosos) e a população em idade ativa. A primeira consome muito, enquanto pouco ou nada produz. Já a segunda produz mais do que consome.

[4] Essa população compreende aquela em idade de produzir. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), geralmente se considera esse segmento a partir dos 15 anos de idade. No Brasil, as pesquisas domiciliares e a PED, em particular, consideram a População Economicamente Ativa a partir dos 10 anos de idade.

[5] Bônus demográfico é um conceito utilizado para referir o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de idosos e crianças.

[6] O crescimento da PIA deve atingir o pico no Brasil a partir de 2020, quando deverá declinar (Abarche, 2011, p. 5).

intermediação do Estado, com políticas adequadas que visem, antes de tudo, ao crescimento econômico e ao consequente aumento do nível de emprego, que são imprescindíveis na superação dos desafios gerados pela transição demográfica. No caso brasileiro, todavia,

> [...] muitas das oportunidades já foram perdidas, porque políticas apropriadas não foram implementadas a tempo. Um exemplo refere-se à baixa qualidade do ensino dado aos jovens brasileiros, pertencentes a coortes relativamente menores, que hoje estão às vésperas de ingressar no mercado de trabalho (Wong; Carvalho, 2006, p. 22).

Na mesma direção, Paiva e Wajnman (2005, p. 312) defendem que

> [...] deve-se aproveitar esta oportunidade para implementar políticas que assegurem potencializar os benefícios do dividendo demográfico, não se tratando mais de discutir políticas de controle de natalidade, mas sim de, compreendendo o processo de transição demográfica, definir políticas que possam ajudar o crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda.

Nesse aspecto, deve-se ter presente que a transição demográfica no Brasil tem repercussões distintas segundo as diversidades regionais e, principalmente, as sociais, através dos diferentes níveis de renda e educação da população. Essas diferenças sociais, por sua vez, levam a desigualdades demográficas, geradas pelo próprio desenvolvimento econômico e social. Assim, a transição pode trazer consequências sociais diversas na redução, na manutenção ou até na reprodução das desigualdades sociais. Ou seja,

> [...] a transição demográfica pode, no Brasil, tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia e do bem-estar social da população, quanto ampliar as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira (Brito, 2008, p. 6).

Nesse sentido, os segmentos vinculados à extrema pobreza e à carência educacional ainda mostram altos níveis de fecundidade, o que implica diferenças na transição demográfica, ou seja, na reprodução das diferenças sociais. De fato, observa-se uma maior concentração de jovens oriundos de famílias pobres, fenômeno que remete à necessidade da expansão de um sistema educacional de qualidade como oportunidade ímpar na superação da desigualdade social brasileira. Assim, o bônus demográfico poderá resultar em aumento da oferta de capital humano com qualidade, se investimentos apropriados forem realizados (Navaneetham *apud* Wong; Carvalho, 2006). Desse modo, a qualificação da futura força de trabalho torna-se componente imprescindível para um equilíbrio intergeracional, social e econômico. Nesse cenário, não é possível pensar em políticas públicas para idosos, no médio e no longo prazo, separadas das políticas para os jovens.

Outra questão importante é a transição demográfica e a sua relação com a oferta de contribuintes e a demanda por benefícios da seguridade social. Do ponto de vista de um sistema de seguridade social, no caso brasileiro, o importante não é o tamanho da PIA, demograficamente ainda favorável na razão da dependência, mas a população que está realmente participando do mercado de trabalho, sobretudo no mercado formal. Assim, pode-se dizer que, ao contrário dos países ricos, é a elevada informalidade do mercado de trabalho que tem tido um impacto negativo mais expressivo na equação previdenciária do que propriamente a dinâmica demográfica. Além disso, a baixa formalização comprometerá a possibilidade de aposentadoria para os idosos do futuro. Assim, o Brasil enfrenta um desafio mais imediato, o de incluir, na rede de proteção social, parte dos trabalhadores que estão na informalidade[7].

Tendo em vista o novo padrão demográfico, é urgente a necessidade de redefinir novas prioridades nas políticas públicas a curto, médio e longo prazo, bem como na alocação de recursos para a garantia de ganhos sociais e econômicos mais elevados.

Neste contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. A qualificação intelectual, técnica e profissional, através da educação de níveis básicos e médio de qualidade, devem constituir-se em prioridade das políticas definidas à população jovem, uma vez que os jovens de hoje serão aqueles que terão que sustentar, no futuro, o contingente de idosos. Por sua vez, a (re)qualificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem ser prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de obterem melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social.

[7] O Governo Federal vem estabelecendo medidas direcionadas à formalização do empreendedorismo individual. Exemplo disso é a Lei Complementar n.º 128/08, em vigor desde 01.07.09, referente à regularização de negócios informais com receita bruta de até R$ 36.000 por ano. Assim, os microempreendedores individuais, através da formalização e da inclusão social, podem passar a contribuir com a seguridade social.

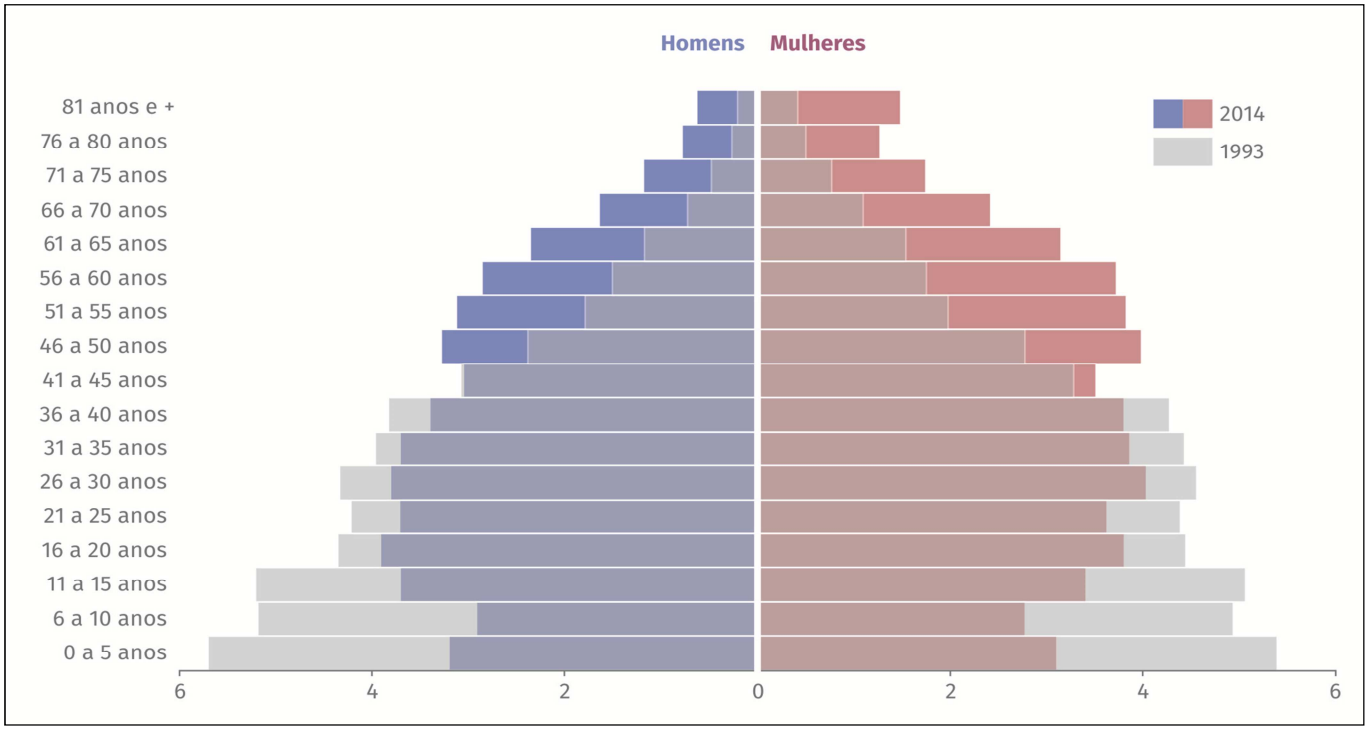
2 O envelhecimento e a nova composição da força de trabalho: menos jovens e mais idosos

O processo de envelhecimento da população brasileira e gaúcha vem ocorrendo intensamente nos últimos anos, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — redução dos níveis de fecundidade associada à queda da mortalidade —, determinando importantes transformações na estrutura da pirâmide etária da população (Figura 1). Essa nova estrutura da pirâmide etária observada na Região Metropolitana de Porto Alegre através dos dados da PED-RMPA entre 1993 e 2014, revela um expressivo aumento dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (72,3%) e, em especial, dos idosos com 60 anos e mais (181,1%), enquanto o número de indivíduos com menos de 15 anos apresentou redução (-26,0%).

No início do período enfocado neste estudo, em 1993, as pessoas com 60 anos e mais correspondiam a 7,9% (244 mil pessoas) da população total e a 9,7% da População em Idade Ativa — população com 10 anos e mais de idade. Com um incremento de 442 mil idosos entre 1993 e 2014, houve um crescimento de 181,1% nesse contingente, bastante significativo quando comparado com o crescimento da população total, que foi de 22,9%, no mesmo período, na Região. Assim, em 2014, elevou-se a proporção de idosos para 18,0% (686 mil pessoas)[8] da população total da Região e para 20,2% da PIA. As pessoas do sexo feminino, dessa faixa etária representavam, no mesmo ano, 20,4% da população total feminina, enquanto os homens idosos, com uma participação menor, representavam 15,3%. As mulheres, então, constituíam a maioria desse segmento, isto é, 60,3% do total de idosos, tendo em vista a longevidade diferenciada que elas apresentam com relação aos homens.

Figura 1

Pirâmides etárias dos moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2014



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: Os dados têm como base o total de moradores.

Considerando-se apenas as pessoas com 80 anos e mais de idade, observa-se que a proporção desse segmento também está aumentando, trazendo alterações na composição etária dentro do próprio grupo de idosos, ou seja, a população considerada idosa está envelhecendo. De fato, na Região, esse segmento, que, em 1993, representava 9,9% do total da população idosa, passou, em 2014, a representar 13,9%. Outro dado importante observado é que, quanto mais elevada a faixa etária, maior é a proporção de mulheres. Na Região, em 2014, do total

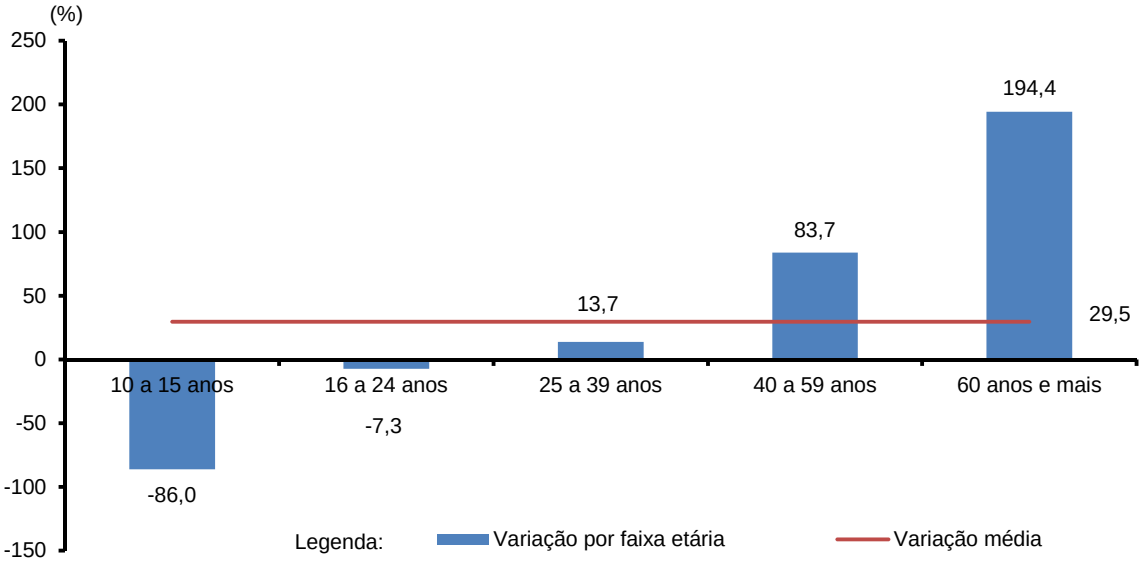
[8] Essa estimativa já ultrapassa à da população menor de 10 anos, que, em 2014, era de 407 mil pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre.

da população com 80 anos e mais, 69,4% eram mulheres, ou seja, a população feminina, nessa faixa etária, alcançava mais que o dobro da masculina, caracterizando, assim, uma feminização da velhice.

A redistribuição da pirâmide etária evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana, por sua vez, afeta profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa. Desse modo, os dados da Pesquisa mostram que a PEA na RMPA, entre 1993 e 2014, apresenta uma expressiva expansão dos segmentos mais maduros, com idade de 40 a 59 anos (83,7%) e, sobretudo, com 60 anos e mais (194,4%), enquanto tiveram reduções os grupos de 10 a 15 anos (-86,0%) e os de 16 a 24 anos (-7,3%), conforme o Gráfico 1. Na comparação com a PEA total, cujo incremento foi de 29,5% no mesmo período, é significativo o crescimento desses segmentos acima de 60 anos: a proporção dos idosos, no total da PEA, mais que dobrou, passando de 2,5% em 1993, para 5,7% em 2014.

Gráfico 1

Variação Percentual da População Economicamente Ativa, por faixa etária, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2014



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT

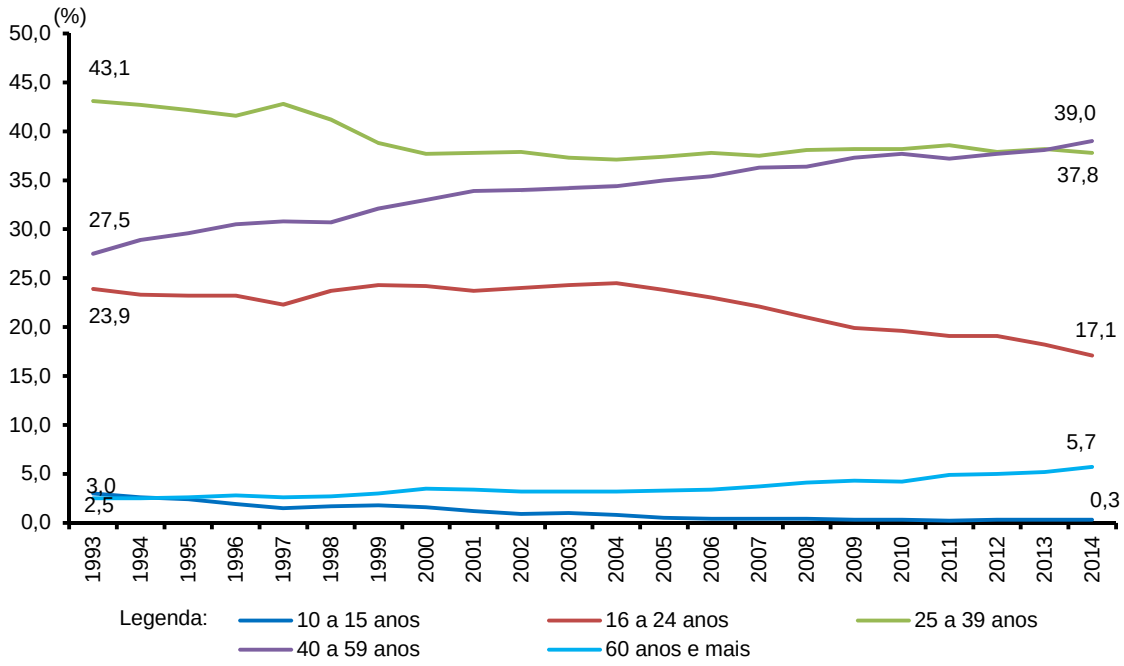
A análise da distribuição dos segmentos etários ao longo da série da Pesquisa mostra que a participação do contingente adulto com idade de 40 a 59 anos no total da PEA alcançou 39,0% em 2014, representando um incremento de 11,5 pontos percentuais em relação a 1993, quando sua participação na PEA era de apenas 27,5%. Com isso, esse segmento, a partir de 2013, passou a representar o grupo majoritário na PEA, ultrapassando a proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos (43,1% do total da PEA em 1993 e 37,8% em 2014), os quais, tradicionalmente, detinham a maior parcela na PEA. Observando-se o Gráfico 2, pode-se verificar que o segmento idoso, com 60 anos e mais, mais que duplicou seu contingente no período em análise, passando de 2,5% em 1993 para 5,7% em 2014, enquanto que o segmento de 10 a 15 anos praticamente desapareceu do mercado de trabalho, ou seja, reduziu-se de 3,0% em 1993 para 0,3%[9] em 2014. Convém salientar, ainda, que o segmento de 16 a 24 anos vem perdendo força quanto a sua participação na PEA, a qual passou de 23,9% em 1993 para 17,1% em 2014, reduzindo-se em 6,8 pontos percentuais no período. Portanto, os únicos segmentos com crescimento positivo, no período em análise, foram os maduros e, em especial, os idosos.[10]

[9] A Emenda Constitucional n.º 20/98, que estabeleceu a idade mínima de 16 anos para a entrada no mercado de trabalho, contribuiu sobremaneira para a diminuição desse contingente como força de trabalho.

[10] Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com projeções de 2010 a 2050, é previsto para o Brasil que, a partir de 2045, somente o contingente com 60 anos e mais vai ter crescimento positivo, enquanto todos os demais terão crescimento negativo (Camarano, 2014).

Gráfico 2

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo faixas etárias,
na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

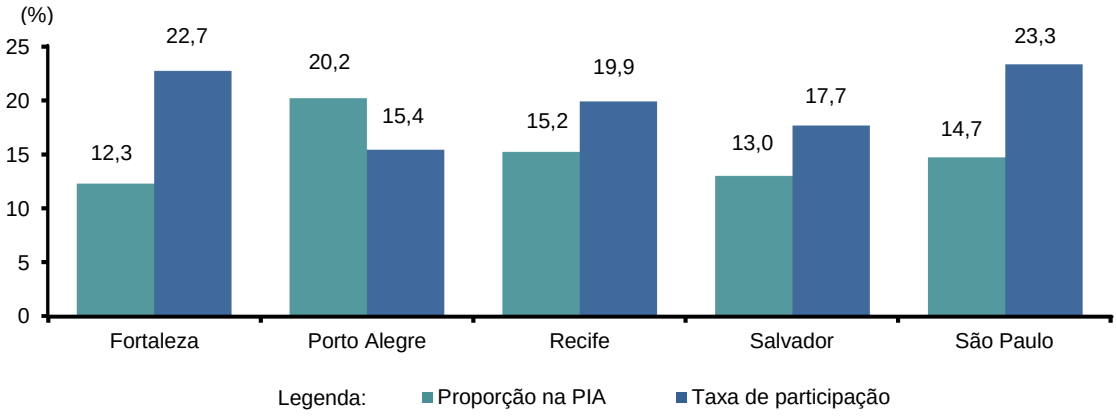
Outro indicador relevante para demonstrar o amadurecimento da PEA na RMPA é a idade média dessa população, que passou de 34 anos em 1993 para 38 anos em 2014. Na comparação com as regiões metropolitanas que compõem o Sistema PED, a de Porto Alegre apresentou a maior idade média dos trabalhadores. Dentre as demais regiões, as de São Paulo, Recife e Salvador apresentaram uma idade média de 37 anos, enquanto a de Fortaleza era de 36. Considerando a idade média da População em Idade Ativa (PIA), esta se torna ainda maior (41 anos na RMPA).

A taxa de participação dos idosos no mercado de trabalho — indicador que expressa a proporção da População em Idade Ativa que se encontra na condição de ocupada ou desempregada — era de 15,0% em 1993, atingindo 15,4% no último ano analisado. Observando-se essa população, por sexo, constata-se uma taxa de participação mais elevada entre os homens, apesar do aumento na participação feminina. De 1993 a 2014, a taxa de participação diminuiu para os homens e cresceu para as mulheres: entre os homens, a taxa, que era de 26,0% no período inicial, passou para 24,1% em 2014, ao passo que para as mulheres, elevou-se de 7,7% para 9,7%.

Na comparação com outras regiões metropolitanas, observa-se a maior proporção de idosos na PIA na RMPA (20,2% em 2014), enquanto as de Fortaleza e Salvador apresentaram as menores proporções (12,3% e 13,0% respectivamente). Tais diferenças podem ser explicadas através das distintas repercussões da transição demográfica no Brasil, segundo as diversidades regionais existentes, que levaram à disparidade nos níveis de fecundidade entre elas. Assim, o processo de envelhecimento está em estágio mais avançado na RMPA em relação às demais regiões. Já com relação às taxas de participação, a menor taxa verificada (15,4%) foi a da RMPA, enquanto a maior foi observada para a Região Metropolitana de São Paulo (23,3%). Presume-se, para a metrópole gaúcha, que o maior número de idosos longevos possa estar pressionando para baixo a taxa de participação (Gráfico 3).

Gráfico 3

Proporção na População em Idade Ativa e taxa de participação da população com 60 anos e mais das regiões metropolitanas que compõem o Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego — 2014



FONTE: Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio SEADE-SP, DIEESE e convênios regionais.

3 A inserção do idoso no mercado de trabalho

A população idosa vem cada vez mais aumentando sua participação na força de trabalho e, tudo indica, mediante o envelhecimento da população associado ao aumento da expectativa de vida, esse segmento deverá permanecer por mais tempo trabalhando. Assim, do total do contingente de idosos em 2011-14, 15,9% participavam no mercado de trabalho e 84,1% encontravam-se na condição de inatividade. Dentre aqueles que estavam inseridos na força de trabalho, praticamente a totalidade estava engajada na condição de ocupada (98,2% da PEA), sendo a condição de desemprego residual para essa população. Dentre os idosos que participavam da PEA na condição de ocupados, 48,4% já eram aposentados e/ou pensionistas[11] no período 2011-14. Segundo o recorte por sexo, verificou-se que 52,9% das mulheres idosas que estavam ocupadas eram aposentadas e/ou pensionistas, enquanto 45,7% dos homens encontravam-se nessa condição. Quando comparado com o período 1993-96, verifica-se uma redução para as mulheres e um aumento para os homens, 53,6% e 42,4% respectivamente. O maior percentual da força de trabalho feminina idosa aposentada e/ou pensionista deve-se ao fato de que, entre elas, é mais frequente o recebimento do benefício da pensão, já que há um grande número de viúvas, dada a maior longevidade das mulheres. Dentre os idosos inativos, por seu turno, observa-se que 83,8% recebiam aposentadoria e/ou pensão, enquanto 16,2%[12] não recebiam esse benefício no período 2011-14.

Destaca-se, ainda, que do total dos idosos ocupados sem aposentadoria e/ou pensão, 38,9% das mulheres e 27,6% dos homens, no período 1993-96, não contribuíram com a Previdência Social. Já no período recente, os dados demostram um avanço, uma vez que essa parcela diminuiu para 29,9% entre as mulheres e 24,2% entre os homens.

Na análise das diferentes formas de inserção da população idosa na ocupação, no período 2011-14, chama atenção a elevada proporção de trabalhadores autônomos (24,9% das mulheres e 34,0% dos homens), chegando a ser mais do que o dobro para as mulheres, e quase duas vezes maior que o percentual observado para o total da população para os homens. Entre elas, o assalariamento representava 36,5%, e o emprego doméstico, 24,7%, sendo este último, mais do que o dobro do verificado entre o total da força de trabalho feminina. Já entre os homens, o assalariamento absorvia 43,4%, enquanto a categoria empregador era de 10,5% e correspondia a quase o dobro daquela observada para o total de ocupados (Tabela 1).

[11] A PED-RMPA não capta a informação dos benefícios aposentadoria e pensão separadamente, daí a necessidade de analisá-los conjuntamente.

[12] Entre esses idosos, podem-se encontrar os chamados “nem-nem” maduros, ou seja, aqueles que não trabalhavam e nem eram aposentados (Camarano; Kanso; Fernandes, 2014, p. 396).

Tabela 1

Distribuição percentual da população ocupada idosa e da população ocupada total, segundo a posição na ocupação e por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-96 e 2011-14

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO IDOSA						POPULAÇÃO TOTAL		
	1993-96			2011-14			2011-14		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Assalariados (1)	29,7	46,0	40,7	36,5	43,4	40,8	70,1	71,9	71,1
Setor privado	20,1	36,4	31,1	20,7	34,1	29,0	55,2	62,1	59,0
Com carteira	15,2	26,3	22,7	15,4	26,3	22,2	49,1	54,6	52,1
Sem carteira	(3) -	10,1	8,4	5,3	7,8	6,8	6,1	7,5	6,9
Setor público (2)	9,5	9,6	9,6	15,8	9,3	11,8	14,9	9,7	12,1
Autônomos	32,4	33,8	33,3	24,9	34,0	30,6	10,4	17,1	14,1
Empregado doméstico	27,6	(3) -	10,0	24,7	(3) -	9,7	11,1	0,3	5,2
Empregador	(3) -	8,6	7,0	4,5	10,5	8,3	3,1	5,7	4,5
Trabalhadores familiares sem remuneração	(3) -	(3) -	(3) -	(3) -	(3) -	(3) -	0,4	0,2	0,3
Outros	(3) -	9,8	8,2	8,2	11,2	10,1	4,9	4,8	4,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (3) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Quando se consideram em conjunto as posições na ocupação que constituem vínculos de melhor qualidade — o emprego no setor público e o trabalho assalariado com carteira assinada no setor privado —, verifica-se, para o segmento idoso, uma menor concentração nessas inserções ocupacionais. No total de mulheres idosas que trabalhavam, apenas 31,2% encontravam-se nessas posições no período 2011-14, enquanto que, para a mão de obra masculina idosa, o percentual era de 35,6%. Já na comparação com o total de trabalhadores, observa-se que a parcela nessas ocupações de melhor qualidade representava 64,0% para as mulheres e 64,3% para os homens no mesmo período (Figura 2)[13].

De modo distinto, agrupando-se as categorias associadas à precarização do trabalho — assalariados sem carteira, autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração — verifica-se, para o segmento idoso, uma alta concentração nessas ocupações. Assim, entre as mulheres ocupadas, mais da metade (56,0%) encontrava-se em posições com essas características, no período 2011-14, contra 42,7% da mão de obra masculina idosa, proporções essas bem superiores às encontradas entre o total de trabalhadores: 28,1% para as mulheres e 25,1% para os homens no mesmo período. Dessa forma, conclui-se que as formas de inserção ocupacional que integram o setor comumente considerado informal constituem, para os idosos, e especialmente para as mulheres, uma importante alternativa de participação no mercado de trabalho, não obstante acarretar condições de trabalho com menor grau de proteção social.

Na comparação entre os dois períodos ora enfocados, e tomando-se em conjunto as posições na ocupação, observa-se que, entre aquelas que constituem vínculo de melhor qualidade — o trabalho assalariado com carteira assinada e o emprego no setor público — houve acréscimo de 6,5 pontos percentuais para as mulheres idosas trabalhadoras (de 24,7% em 1993-96 para 31,2% em 2011-14), enquanto permaneceu praticamente estável em 35,6% para a força de trabalho masculina (-0,3 pontos percentuais). Esse acréscimo, no caso das mulheres, ficou por conta do setor público, tendo em vista que o assalariamento feminino no setor privado com carteira assinada ficou praticamente estável. Por sua vez, o setor público concentra grande número de mulheres em carreiras tipicamente femininas como, por exemplo, na saúde e na educação. Assim, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos decênios também contribuiu para que aumentasse a população feminina idosa nesse setor. Com relação às posições mais precárias, observa-se diminuição para ambos os sexos, sendo mais expressiva entre as mulheres — com redução de 10,6 pontos percentuais (de 66,6% para 56,0%) — do que entre os homens: menos 3,1 pontos percentuais (de 45,8% para 42,7%) entre os dois períodos.

[13] Os dados aqui relacionados referem-se aos agrupamentos especiais de ocupações extraídas da Tabela 1 que melhor se adaptam às condições de melhor qualidade ou de precarização do trabalho. Por esse motivo, a soma dos dados nas duas situações não totaliza 100%.

Figura 2

Inserções ocupacionais da população idosa e total, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-96 e 2011-14

Inserções ocupacionais		População idosa		População total
		1993-96	2011-14	2011-14
Melhor qualidade Emprego assalariado no setor privado com carteira assinada e no setor público	Total	32,3%	34,0%	64,2%
	Mulheres	24,7%	31,2%	64,0%
	Homens	35,9%	35,6%	64,3%
Precarizadas Assalariados do setor privado sem carteira assinada, autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração	Total	52,5%	47,7%	26,5%
	Mulheres	66,6%	56,0%	28,1%
	Homens	45,8%	42,7%	25,1%

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Quanto ao setor de atividade econômica em que se ocupava a população idosa, verificou-se, no período 2011-14, que a mulher trabalhava predominantemente no setor serviços (50,7%), vindo, em seguida, os serviços domésticos (24,7%), o comércio; reparação de veículos e motocicletas (15,8%) e, por último, a indústria de transformação (8,1%). Assim como as mulheres, os homens apresentavam predominância no setor de serviços (49,2%), vindo em seguida o comércio; reparação de veículos e motocicletas (20,3%), a construção (14,8%) e, por último, a indústria de transformação (12,9%). Chama atenção a maior concentração, por parte das mulheres idosas, nos serviços domésticos, com uma diferença de 13,6 pontos percentuais, quando comparadas com o total das mulheres trabalhadoras. Já para os homens idosos, verifica-se, na indústria de transformação, uma diferença para menos, de 8,2 pontos percentuais, com relação ao total da mão de obra masculina (Tabela 2)[14].

Tabela 2

Distribuição percentual da população ocupada idosa e da população ocupada total, segundo o setor de atividade e por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-14

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO IDOSA			POPULAÇÃO TOTAL		
	2011-14			2011-14		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Indústria de transformação (1)	8,1	12,9	11,1	12,7	21,1	17,3
Construção (2)	(7) -	14,8	9,4	0,7	12,1	6,9
Comércio; reparação de veículos e motocicletas (3)	15,8	20,3	18,6	19,3	20,3	19,8
Serviços (4)	50,7	49,2	49,8	55,5	44,6	49,6
Serviços domésticos (5)	24,7	(7) -	9,7	11,1	0,3	5,2
Outros (6)	(7) -	(7) -	(7) -	0,7	1,6	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio PMPA MTE/FAT.
(1) Seção C da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Inclui as seguintes seções da CNAE 2.0 domiciliar: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). (7) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

[14] Não foi possível fazer referência ao período 1993-96 devido a modificações na classificação de atividade econômica a partir do ano de 2011.

Considerando-se, ainda, o nível de escolaridade da população com 60 anos e mais, observa-se que os idosos ocupados apresentam um nível mais elevado do que os inativos. De fato, os idosos ocupados, de ambos os sexos, apresentaram, no período 2011-14, cerca de 8,4 anos médios de estudo, enquanto os inativos aposentados e/ou pensionistas tinham, em média, 6,7 anos de estudo, e os que não tinham esses benefícios, 6,2 anos de estudo. Nesse sentido, observa-se que os idosos ocupados são mais qualificados e, portanto, detém melhores condições de permanência e/ou de reingresso no mercado de trabalho do que os idosos inativos.

4 O comportamento da remuneração recebida pelos idosos

Com relação à remuneração recebida pela população idosa, essa foi examinada através de três recortes: o rendimento médio real dos ocupados no trabalho[15], o rendimento médio real dos ocupados no trabalho mais o benefício recebido pela aposentadoria e/ou pensão e, por último, o benefício recebido pela aposentadoria e/ou pensão, por parte dos idosos inativos.

Considerando-se o total de idosos, percebe-se que o rendimento médio desse contingente era de R$ 1.301 no período 1993-96, valor 26,7% menor do que o auferido pelo total de ocupados (R$ 1.776). Todavia, entre 1993-96 e 2011-14, o rendimento médio dos idosos mostrou uma elevação muito superior ao rendimento médio do total de ocupados, chegando a ultrapassá-lo. Assim, nesse último período, o rendimento médio dos idosos aumentou para R$ 1.929, 2,1% acima daquele do total de ocupados (R$ 1.890). Considerando os diferenciais de rendimentos por sexo, nota-se que eles são mais intensos que os observados para a população total. Assim, o rendimento médio real percebido pelas trabalhadoras idosas (R$ 1.619) correspondia, no período 2011-14, a 69,5% do obtido pelos homens (R$ 2.328), ao passo que, no total da população ocupada, a remuneração média da força de trabalho feminina (R$ 1.605) equivalia a 75,2% da obtida pelos homens (R$ 2.133) (Tabela 3).

A maior remuneração entre os idosos corresponde aos trabalhadores que recebem rendimento proveniente do trabalho acrescido de aposentadoria e/ou pensão, e esse segmento era o único que auferia rendimentos médios superiores ao do total de ocupados da Região. No quadriênio 1993-96, os idosos ocupados com aposentadoria e/ou pensão tinham rendimento médio 49,5% maior do que o rendimento médio do total de ocupados. Já em 2011-14, essa diferença se acentuou, alcançando 90%. Todavia, nesse grupo de idosos, a renda das mulheres (R$ 2.854), no período mais recente, correspondia a 68,9% da obtida pelo homem (R$ 4.141), resultando em diferenciais de rendimentos entre os sexos ainda mais pronunciados. Observa-se, ainda, para o período 2011-14, que a remuneração dos ocupados sem aposentadoria e/ou pensão (R$ 2.129) era 12,6% superior à do total de trabalhadores, ao passo que, no período anterior, era 7,7% inferior.

Tabela 3

Rendimento médio da população com 60 anos e mais de idade, por sexo, segundo categorias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-96 e 2011-14

(R$)

DISCRIMINAÇÃO	1993-96			2011-14		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Ocupados com aposentadoria e/ou pensão (1)	3.326	1.589	2.656	4.141	2.854	3.591
Ocupados sem aposentadoria e/ou pensão (2)	1.832	1.150	1.639	2.376	1.688	2.129
Inativos com aposentadoria e/ou pensão (3)	1.573	883	1.157	2.026	1.516	1.720
Total (4)	1.786	928	1.301	2.328	1.619	1.929
Total dos ocupados (5)	2.036	1.394	1.776	2.133	1.605	1.890

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: Inflator IPC-IEPE. Valores de dezembro de 2014.
(1) Incluem os ocupados que tiveram remuneração pelo trabalho principal e adicional e pela aposentadoria e/ou pensão no mês. (2) Incluem os ocupados que tiveram remuneração pelo trabalho principal e adicional no mês. (3) Incluem os inativos que tiveram remuneração pela aposentadoria e/ou pensão no mês. (4) Exclui os idosos inativos sem aposentadoria e/ou pensão e os idosos desempregados. (5) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Tomando-se apenas o benefício recebido através da aposentadoria e/ou pensão pelos idosos inativos, percebe-se que esse grupo foi o único que permaneceu com rendimento médio inferior à média do total de ocupados. Assim, no período 1993-96, os inativos tinham rendimento 34,9% menor que do total de ocupados, diferencial que

[15] Foi considerado o rendimento médio real do total do trabalho principal e dos complementares.

diminuiu para 9,0%, no período 2011-14. Observa-se, ainda, para o período recente, que a diferença entre os sexos, no contingente de inativos idosos, é menor, pois as mulheres percebiam uma renda equivalente a 74,8% da obtida pelos homens.

5 Considerações finais

O processo de envelhecimento da população brasileira é um movimento já deflagrado e em franca expansão. As mudanças no comportamento das variáveis demográficas fecundidade e mortalidade determinaram importantes transformações na composição etária da PEA. No entanto, o País ainda apresenta condições demográficas favoráveis manifestas no chamado "bônus demográfico", as quais indicam aumento da PIA e, consequentemente, da população que constitui a força de trabalho. A intervenção do Estado em políticas adequadas que visem, antes de tudo, ao crescimento econômico e ao consequente aumento do nível de emprego, torna-se imprescindível para o aproveitamento da mão de obra disponível e para o enfrentamento dos desafios gerados pela transição demográfica. Tudo indica, todavia, que muitas das oportunidades não foram aproveitadas devido ao fato de as políticas apropriadas não terem sido implementadas no seu devido tempo. Um exemplo refere-se à baixa qualidade do ensino, nos níveis fundamental e médio, oferecido aos jovens brasileiros, os quais estão hoje ingressando no mercado de trabalho.

A transição demográfica, em sua fase atual, já mostra sinais através dos baixos níveis de fecundidade e de mortalidade, e, por consequência, do envelhecimento acelerado da população, ao ponto de ocorrer, em poucos anos, o encolhimento da PIA. Com isso, haverá uma redução da quantidade de trabalhadores responsáveis no sustento da população de crianças e idosos que estarão na inatividade. Desse modo, sem o investimento necessário das políticas públicas referentes à qualidade da educação, dificilmente se conseguirá obter um aumento da produtividade e, assim, poder gerar uma renda maior para o financiamento dos gastos com a Previdência Social e a saúde, que poderão entrar em colapso.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, os dados apresentados demonstraram envelhecimento acelerado, destacando-se a maior longevidade da população feminina em relação à masculina. O envelhecimento da população, por sua vez, afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa, com aumento significativo da participação dos segmentos mais maduros — em especial dos indivíduos com idade de 60 anos e mais — e redução da participação dos mais jovens, elevando a idade média do trabalhador.

Com relação à inserção do idoso no mercado de trabalho, as informações apresentadas apontam uma situação desfavorável *vis-à-vis* ao conjunto dos trabalhadores da Região. Eles apresentavam alta concentração em formas de inserção com características mais precárias, destacando-se os serviços domésticos para as mulheres e o trabalho autônomo para ambos os sexos. Há, ainda, uma grande participação do aposentado e/ou pensionista no mercado de trabalho, visto que quase a metade dos idosos ocupados da Região encontrava-se nessa situação. Tal participação pode estar relacionada, de um lado, à necessidade do idoso aumentar sua renda para, assim, poder contribuir no orçamento familiar e, de outro, ao aumento da longevidade, que, conjugada às melhores condições de saúde, permite às pessoas com 60 anos e mais exercer, com relativa facilidade, uma atividade econômica.

O estudo evidenciou, ainda, para os idosos ocupados, rendimentos do trabalho superiores quando comparados com o total dos trabalhadores e, no caso de eles serem aposentados e/ou pensionistas, detendo duas fontes de rendas, seus rendimentos eram quase o dobro do valor auferido pelo total de ocupados. Ao final do período em estudo, apenas os rendimentos dos inativos que somente recebiam benefícios ficavam abaixo dos rendimentos do total dos trabalhadores. Contudo, o diferencial de rendimento por sexo é mais intenso entre os idosos.

Enfim, o envelhecimento da população, particularmente a da PEA, exige a formulação de políticas públicas e sociais que objetivem uma melhor inserção do idoso no mercado de trabalho. Para isso, elas devem contemplar: programas que visem a melhorar o nível educacional da população idosa em geral, programas de qualificação contínua na área do trabalho, empregos de boa qualidade e adaptados às necessidades desse contingente, bem como os requisitos necessários a uma força de trabalho mais sujeita a riscos físicos e com menor agilidade e força física.

Referências

ARBACHE, J. Transformação Demográfica e Competitividade Internacional da Economia Brasileira. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 365-392, dez. 2011.

BRITO, F. *et al.* **A transição demográfica e as políticas públicas no Brasil:** crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http:/portalexame.abril.com.Br/static/aberto/complementos/896/SUMARIO_EXECUTIVO.doc>. Acesso em: 2014.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

CAMARANO, A. A. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., 2000, Recife. [**Anais**...]. Recife: ABET, 2000.

CAMARANO, A. A.; KANSO S.; FERNANDES, D. Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo Regime Demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 377-406.

CAMARANO, A. A.; KANZO, S. **Dinâmica da população brasileira e implicações para a previdência social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

CHAVES, A. L. L.; TONI, M. De.; KRELING, N. H. O Mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. *et al*. (Org.). **A evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 107-146. (Três Décadas de Economia Gaúcha, v. 3).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em Síntese:** Projeção da População do Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao>. Acesso em: 2014.

JARDIM, M. L. T.; BARCELLOS, T. M. M. Características da transição demográfica na RMPA. In: FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R. (Ed.). **Metrópoles:** Território, coesão social e governança democrática - Porto Alegre: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2015. p. 73-94.

KRELING, N. H. A inserção do adulto maior de 40 anos no mercado de trabalho: ocupação e desemprego na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p.181-201, 2004.

KRELING, N. H. Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 67-75, 2008.

KRELING, N. H. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 1, p. 97-104, 2001.

KRELING, N. H. Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, p. 121-132, 2005.

KRELING, N. H. O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. In: TONI, M. De (Coord.). **Políticas Públicas do Trabalho:** uma discussão sobre sua efetividade e a necessidade de ações específicas a partir das características do mercado de trabalho da RMPA. Porto Alegre: FEE, 2011. p. 201-228. (Documentos FEE, n. 68).

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 97-120.

KRELING, N. H. Trabalhadores mais maduros predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): formas de inserção na ocupação e desemprego. In: BASTOS, R. A. *et al.* **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007. p. 193-228.

PAIVA, P. de T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.